

O BRASIL E SUA ESTRATÉGIA

CONCEITOS DOUTRINÁRIOS

O primeiro livro de Estratégia que se tem notícia é de autoria do general chinês Sun Tzu, escrito por volta do ano 500 antes de Cristo, e que só foi divulgado no Ocidente após a sua tradução pelo padre francês Amiot no ano de 1724 ou 1727.

No Ocidente a obra sobre Estratégia de maior divulgação e estudo foi o livro do general prussiano Clausewitz “Da Guerra”, editado por sua esposa após a sua morte em 1831. O livro de Clausewitz, desde de sua divulgação até hoje, é utilizado pelos estudiosos como verdadeiro manual de Estratégia Militar.

Seria ocioso estarmos repetindo aqui que os princípios da Estratégia Militar, principalmente após a 1ª Grande Guerra (1914-1918), foram apropriados pela sociedade civil e aplicados em suas múltiplas atividades públicas e empresariais. Por isto se justifica estudá-los nos meios civis, tanto quanto no âmbito castrense.

Os princípios e a praxis da Estratégia nasceram da necessidade dos primeiros generais da Antigüidade: antes de travarem armas com o inimigo em obrigados, intuitivamente, a fazer uma avaliação da força presumível do inimigo, do objetivo a conquistar e de sua própria força. Daí, dessa necessidade intuitiva que tiveram por

exemplo, um Hamurabi, general e rei da Babilônia, um Alexandre general greco-macedônio grande conquistador de territórios e de reinados, um Ciro imperador e general da Pérsia, surgiu o que depois foi racionalizado, metodizado e chamado de planejamento estratégico.

Feita a avaliação, tratou-se para estes generais da Antigüidade, de decidir como conduzir a batalha: se fossem mais fortes, sua opção natural seria pelo emprego da massa sobre o centro das forças adversárias, se fossem mais fracos procurariam uma tática de engodo (uma ação enganosa, fugidia, se ganhar tempo, de investidas de surpresa nos flancos e nos pontos vulneráveis do adversário). Encontramos aí as origens remotas das hoje estudadas Formas de Ação Estratégica.

Estratégia de Ação Direta

Estratégia de Ação Indireta

A Manobra Estratégica de Ação Direta preconizada pelo prussiano Clausewitz defende como melhor forma de concentrar a maioria de suas forças numa ação de choque fulminante contra o centro das forças inimigas, a fim de destruí-las.

A Manobra de Ação Indireta, ensinada por Sun Tzu, que teve como seus seguidores contemporâneos o chinês Mao Tzé Tung e o inglês Lidell Hart, indica que, segundo o original Sun Tzu, “na paz como na guerra, a melhor Estratégia é conquistar o país ou as forças inimigas

intactas, e não destruí-las; a batalha deve ser vencida muito mais pelo engodo do que pelo choque”.

Estas duas visões de Manobra Estratégica dominaram soberanas a inteligência dos estudiosos da matéria até o fim da 2ª Guerra Mundial, quando surgiu a arma atômica. O perigo apocalíptico que representou uma guerra nuclear inspirou o general francês, André Beaufre, a formular uma Estratégia de Contenção. A esta deu o nome de Estratégia de Dissuasão, (“Deterrence” em inglês), que pode ser assim conceituada:

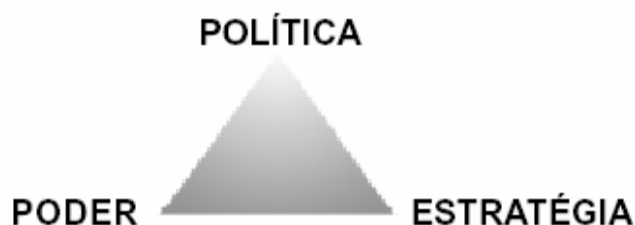
- Evitar o confronto bélico nuclear, apresentando um grau de ameaça de represália nuclear que o possível agressor não esteja disposto de correr o risco de enfrentar. Em outras palavras, oferecer, sem apelo, a certeza da destruição recíproca.

A Estratégia de Dissuasão Nuclear adotada por Washington e por Moscou evitou o confronto bélico mas provocou a escalada de armas e arsenais nucleares.

Hoje a Estratégia de Dissuasão passou a ser adotada pelas nações mais fracas, ameaçadas pelo poder dos “grandes” que pretendem através dos organismos internacionais que dominam, impor sua vontade, à revelia da soberania nacional. Defendem-se oferecendo um grau de ameaça de represália militar que o possível agressor não possa ou não

esteja disposto a pagar. Assim a Estratégia da Dissuasão figura hoje como a 3ª forma de Ação Estratégica.

Segundo os modernos pensadores políticos, na prática, três valores são inseparáveis – Política, Poder e Estratégia. Constituem um triângulo indissolúvel de causa e efeitos recíprocos.



Realmente não se pode Ter uma Política (conquistar um objetivo), sem se Ter Poder para investir (poder material, psicológico ou ambos) e sem se Ter uma Estratégia que orienta a aplicação inteligente do Poder para a conquista do objetivo da Política.

“A Estratégia para o Brasil” de que vamos tratar em seguida, será fiel a este conceito de inter-relação triangular. Analisaremos a nossa Estratégia, fiéis à nossa Política e ao nosso Poder.

O BRASIL E SUA ESTRATÉGIA

Vimos que a estratégia é uma decorrência da Política. Qual, então, o Objetivo Fundamental da Política Brasileira? Na nossa opinião:

VITALIZAR O POTENCIAL HUMANO E GEOGRÁFICO DO PAÍS A FIM DE CONTRUIR UMA DAS NAÇÕES MAIS PRÓSPERAS E RESPEITADAS DO MUNDO.

Este objetivo, nós extraímos do pensamento geopolítico, histórico e moderno, de nossos mais respeitados historiadores e estadistas.

Já no alvorecer da Descoberta, em 1578, o historiador português Gabriel Soares de Sousa, de passagem pelo Brasil, deslumbrado pelo impacto da grandeza e riqueza geográfica, assim marcou a sua impressão no livro “In Tratado Descritivo do Brasil – Proêmio”:

“Está capaz para se edificar nelle hum grande Império, o qual com pouca despeza destes reynos se fará tão soberano que será hum dos Estados do Mundo.”

Esta linha de pensamento (vislumbrada pelo historiador português do século XVI), de que o Brasil possui as condições geográficas e humanas para vir a se tornar uma das grandes nações do

planeta, vem sendo uma constante na mente e na avaliação dos melhores pensadores, no perpassar de nossa história: Pombal, Alexandre Gusmão, José Bonifácio, Rio Branco, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Cassiano Ricardo. Entre os nossos geopolíticos: Mario Travassos, Backheuser, Golbery e Terezinha de Castro, todos reconhecem esta possibilidade de grandeza, ao alcance do Estado Brasileiro.

Não se trata de um sonho de patriotas, mas uma avaliação baseada em valores geográficos e demográficos analisados numa prospectiva científica.

Renomados pensadores políticos estrangeiros também já se manifestaram sobre a nossa possibilidade de grandeza política, entre os quais destacamos – Stefan Zweig, Ray Cline, Henry Kissinger.

Não se trata, portanto, de um sonho utópico, mas, repetimos, de avaliação baseada na prospecção científica de valores mensuráveis.

Qual a Estratégia, para alcançarmos o Objetivo Político Fundamental acima exposto? Qual a grande Estratégia (como diria Lidell Hart) para chegarmos a ser “um dos Estados do Mundo”?

Nossa posição geográfica no planeta já traçou as linhas mestras desta Estratégia. Uma larga fachada oceânica no Atlântico e uma extensa fronteira terrestre com dez Estados vizinhos. Nosso espaço geográfico cobre, praticamente, a metade da América do Sul. Somos o 4º país do mundo em extensão territorial contínua. O 5º em população.

Nossa Estratégia, se quisermos ser politicamente grandes, indica-nos a necessidade de explorar e de defender todas as perspectivas favoráveis que nos oferecem a testada marítima e de explorar e defender as potencialidades da imensa massa continental.

Para alcançarmos, em termos expressivos, estas duas metas estratégicas básicas – a exploração intensiva de nosso potencial marítimo e de nosso potencial continental – é imprescindível termos como prioridade Política, um eficiente Plano de Desenvolvimento Econômico e Social. Com 2/3 do território praticamente inexplorados, abrigando riquezas potenciais incalculáveis, somente através de um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social dinâmico e eficiente seremos capazes de transformar essas potencialidades em Poder. Um exemplo para nós são os Estados Unidos. Com um território continental de superfície equivalente à nossa, através do desenvolvimento de todo o seu espaço geográfico, dele hauriu riquezas para se tornar a maior potência política do mundo atual.

Somente o Desenvolvimento Econômico e Social, incorporando riquezas do solo e formando capital humano capaz de operá-la, nos levará ao encontro de nosso Objetivo Político Fundamental.

Os estadistas e geopolíticos do passado, visando orientar a nossa Política para es Objetivo, traçaram como Prioridades Estratégicas:

- Integração do Território;

- Interiorização dos transportes e das comunicações;
- Povoamento do interior;
- Ampliação e fortalecimento de uma posição marítima no Atlântico Sul;
- Suporte à criação de ma indústria aeronáutica nacional e à expansão do transporte aéreo;
- Atendimento das necessidades de Educação, Saúde, Saneamento e Habitação;
- Relações Internacionais abertas, com prioridade para o Ocidente cristão democrático, em especial para o pan-americanismo e sem restrições políticas na esfera comercial;
- Defesa das fronteiras marítima, terrestre e aérea e garantia da segurança externa, interna e da ordem pública.

Estas Prioridades Estratégicas são metas a longo prazo, a serem realizadas por etapas. Considero-as, ainda, inteiramente válidas na perspectiva de hoje, porém, a conjuntura política e tecnológica, internacional e interna, nos aconselha a uma revisão, não nas grandes metas estratégicas acima apontadas, mas nos projetos, planos e prioridades delas decorrentes.

Nossos governos, desde a República, produziram numerosa legislação e abundantes projetos, planos e programas de ação, gerais e

setoriais, visando alcançar parte destas metas estratégicas, mas sua realização, a não ser com raríssimas exceções, tem ficado inacabadas ou foram abandonadas. Porque? Vemos duas razões capitais, - descontinuidade de vontade política e fraqueza de poder econômico. Tivemos grandes projetos e programas de Desenvolvimento tais como, entre outros, o Plano SALTE, o Plano SUDENE, o Projeto de Integração Nacional (PIN), o Plano de Viação Nacional de 1973, o Plano Poloamazônico, todos inacabados, com muitas obras abandonadas.

Somente a continuidade de um robusto Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, executado com vontade política inquebrantável, nos proporcionará meios, anímicos e materiais, para prosseguir, com êxito, na busca das grandes metas estratégicas visando à conquista para o Brasil de um lugar entre as grandes nações no mundo.

Um exemplo bastante convincente do que a nação pode esperar de um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social realizado com vontade política firme e continuidade administrativa durante 20 anos, nos é oferecido pelo saudoso economista Simonsen, em artigo publicado na revista “Exame” (abril de 1997). Revela Simonsen que em 20 anos de esforço continuado do Plano de Desenvolvimento, de 1964 a 1984, a economia brasileira deu um salto extraordinário, apresentou os seguintes índices de crescimento: passamos de 48ª para 8ª economia do mundo; passamos de uma exportação de 1,5 bilhões para 27 bilhões de dólares; conseguimos o crescimento médio de 6,6% ao ano. Hoje, a

promessa mais otimista é da elevação da taxa de crescimento para 3% ao ano. Perdemos o ritmo a partir de 1985, faltou continuidade administrativa, faltou vontade política, faltou dinheiro.

Mantidas as grandes Metas Estratégicas o ajustamento dos projetos, planos, programas e prioridades mais prementes, estão contidas, em parte, no programa “Avança Brasil” de 1998, contendo os projetos a serem realizados em 4 anos. Este programa, na parte de infraestrutura, selecionou 12 Eixos de Integração e Desenvolvimento. O critério na escolha dos Eixos foi a integração regional e a interação externa.

Os eixos prioritários escolhidos foram:

- Eixo saída Norte para o Caribe – rodovia 174;
- Eixo saída para o Atlântico Norte – hidrovia Madeira-Amazonas;
- Eixo Araguaia-Tocantins, ferrovias Norte-Sul e Carajás;
- Eixo Costeiro do Nordeste;
- Eixo Rio São Francisco;
- Eixo Transnordestino;
- Eixo Oeste;
- Eixo Centro Oeste - Eixo São Paulo;
- Eixo Costeiro Sul;
- Eixo Franja Fronteira;
- Eixo Hidrovia Paraguai-Paraná.

Os Eixos prioritários foram escolhidos segundo os critérios de integração regional e de interação externa, marítima e terrestre.

Realizados estas proposições do Programa Avança Brasil, não há dúvida, teremos dados um impulso no rumo da realização de nossas grandes Metas Estratégicas, mas muito ainda restará por fazer para alcançarmos o Objetivo Político Fundamental que almejamos chegar até o fim do primeiro quarto deste século.

Vamos destacar, tendo em vista o momento conjuntural que estamos vivendo, alguns projetos merecedores de atenção especial. Uma estratégia que, nos parece, acha-se esboçada nos planos e programas apresentados mas que desejamos explicitá-la. Trata-se da Integração Sul-Americana.

Julgamos que a nossa Política e a Diplomacia devem se empenhar a fundo, neste quarto de século, na busca da integração política e econômica da América do Sul. Parte do caminho já foi percorrido através do Pacto Pan-Amazônico de 1978 e do Mercosul, vemos como etapas seguintes, a vitalização econômica do Pacto Pan-Amazônico, transformando-o um Merconorte e, em seguida, a sua ampliação, abrangendo todos os países deste subcontinente. Este esforço diplomático hercúleo integraria as duas grandes vertentes da América do Sul, do Atlântico e do Pacífico e responderia ao grande apelo integracionista que marca a tendência internacional moderna.

Outro caso conjuntural a exigir um especial cuidado estratégico é a “questão amazônica”. Precisamos desarmar a intensa campanha de propaganda internacional sobre os perigos ambientais resultantes da devastação da hiléia amazônica e de nossa incapacidade para preservá-la. Esta propaganda alimenta o perverso conceito internacionalista de “área de interesse da humanidade”, o que ameaça os nossos direitos soberanos. A defesa da nossa Amazônia exige uma adequada estratégia que atenda a sua preservação e uma convincente estratégia de ocupação e de dissuasão militar, capaz de desencorajar tentativas de aventuras grupais ou mesmo políticas estrangeiras.

O Plano de Desenvolvimento nacional em plena execução durante os anos 70, previa e realizou parte substancial de um vigoroso programa energético, destinado a assegurar o nosso crescimento e respeito internacional por meio da utilização soberana de todas nossas fontes de energia. Pressões internacionais levaram governos posteriores a se comprometerem a renunciar a plenitude do uso de energia nuclear e também a aceitar uma exagerada reserva de terras dos índios. Estes dois recuos devem ser corrigidos se quisermos nos manter fiéis à conquista de nosso Objetivo Político Fundamental.

Concluimos, reafirmando a nossa fé na possibilidade do Brasil vir a formar entre as grandes nações do Mundo, desde que suas elites políticas se mostrem capazes de realizar um plano estratégico de desenvolvimento de suas imensas potencialidades geográficas e humanas.

Hoje, muito mais do que no passado, a obra de transformação estrutural do território e da educação do povo, estão extremamente facilitadas pelos recursos da engenharia moderna e pelos instrumentos de comunicação e de informação à disposição do homem operativo. A missão, a grande missão de nos fazer “grandes”, não deve escapar das mãos desta geração de brasileiros.

Carlos de Meira Mattos

General-de-Exército Reformado e Conselheiro da ESG